

1 Ata da 6º Reunião Ordinária do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos 2 dos Agrotóxicos 3

4 Aos treze dias do mês de setembro de 2017, às 9h15min, na sede do Ministério
5 Público do Estado do Tocantins – MP/TO, o Procurador de Justiça, Dr. José Maria
6 da Silva Júnior, deu início à sexta Reunião Ordinária do Fórum com as boas vindas
7 aos presentes. Lista de presença no anexo I. Posteriormente, foi lida a pauta da
8 reunião: 1- aprovação da Ata da 5ª Reunião Ordinária do Fórum; 2- informes da
9 Coordenação; 3- apresentação do site do Fórum; 4- avaliação do I Encontro
10 Estadual do Fórum; 5- informação do Ministério Público do Trabalho (MPT) sobre
11 convênio com a UFT para realização de projeto de pesquisa sobre contaminação de
12 populações expostas a agrotóxicos; 6- informação da Sesau sobre o Plano Estadual
13 de Vigilância da População Exposta a agrotóxicos; 7- apresentação do andamento
14 do Plano de Trabalho pelos relatores das Comissões Temáticas; 8- palavra livre; 9-
15 encerramento. Colocada em apreciação, a Ata da 5ª Reunião Ordinária foi aprovada
16 à unanimidade pelo plenário. No segundo item de pauta, Informes da Coordenação,
17 o Dr. José Maria, informou que os membros do Ministério Público pertencentes ao
18 Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH/CNPG) e à Comissão Permanente do
19 Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo e Patrimônio Cultural (Copema) reunidos em
20 Florianópolis, Santa Catarina, nos dias 4, 5 e 6 de setembro de 2017, apresentaram
21 à plenária do GNDH cinco propostas que tem ligação direta com o tema
22 agrotóxicos: **1) proposta de enunciado no 001/2017:** os Ministérios Públicos
23 devem atuar para coibir o uso de agrotóxicos banidos ou não cadastrados nos
24 países de origem, naqueles em que se originou a síntese correspondente ao
25 princípio ativo da substância, e naqueles em que é gerada ou manufaturada a
26 tecnologia ou ainda de onde o produto é importado; **2) proposta de enunciado no**
27 **002/2017:** os Ministérios Públicos devem atuar de modo a cobrar a implementação
28 do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos - Pronara e incentivar a
29 produção agroecológica. **3) proposta de enunciado no 003/2017:** os Ministérios
30 Públicos devem atuar para aprimorar a regulamentação e intensificar a fiscalização
31 pelos órgãos competentes da pulverização aérea de agrotóxicos diante dos riscos
32 de contaminação do ar, do solo, dos recursos hídricos dos prejuízos irreversíveis à
33 fauna, a flora e à saúde humana. **4) proposta de enunciado no 004/2017:** os
34 Ministérios Públicos devem adotar medidas para buscar que sejam realizados, no
35 âmbito dos estados e do Distrito Federal, Programas de Monitoramento de
36 Resíduos em Alimentos (Para), assim como para a execução do Plano Nacional de
37 Segurança Alimentar (Plansan 2016-2019). **5) proposta de enunciado no**
38 **005/2017:** os Ministérios Públicos devem adotar medidas para que, no âmbito dos
39 estados e do Distrito Federal, os prestadores de serviços de abastecimento de água
40 realizem programas de monitoramento da qualidade da água, ampliando o rol de
41 agrotóxicos dispostos na portaria do ministério da saúde 2914/11, de modo a
42 abarcar, no mínimo, os 20 agrotóxicos mais utilizados nos respectivos municípios,
43 além daqueles estabelecidos na referida portaria. A coordenação apresentou
44 também o ofício do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do
45 Tocantins (Consea) que solicita uma cadeira como integrante do Fórum. No entanto,
46 por ser um Conselho e não uma instituição formal, ficou decidido que o Consea fará
47 parte do Fórum como convidado, assim como a Campanha Permanente Contra os
48 Agrotóxicos e pela Vida. Em seguida foi apresentada a página na internet do
49 Fórum, que ficará hospedada no site do Ministério Público do Estado. Foi sugerido
50 acrescentar na página quatro abas novas: 1) publicações; 2) legislação; 3) agenda
51 e 4) denúncias. Esta última aba remeterá aos sites dos parceiros responsáveis pelo
52 atendimento das denúncias, conforme o tema a ser denunciado. Os integrantes do

53 Fórum também autorizaram colocar os links dos seus sites na página do Fórum e,
54 por fim, aprovaram colocar a página on online. No quarto item da pauta foi avaliado
55 o I Encontro Estadual do Fórum, que foi realizado em 21 de junho de 2017. O
56 Encontro teve 180 inscritos e 137 presentes, apresentou nove palestras, seguidas
57 de respostas a perguntas feitas por escrito. A viabilização do encontro foi possível
58 graças a parceria técnica, financeira e institucional, especialmente a colaboração
59 financeira do Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Ministério
60 Público do Trabalho, Sesau, Adapec e Associação Nativa de Produtores Rurais que
61 forneceu a alimentação para o coffe break. No geral, a avaliação do encontro foi
62 positiva. No entanto, foi sugerido que no próximo encontro: 1) haja mais espaço
63 para debates; 2) seja pensado outro formato para que haja mais participação,
64 como, por exemplo, palestras simultâneas; 3) que as Comissões Temáticas fiquem
65 responsáveis por propiciar os debates sobre os temas; 4) que os integrantes do
66 Fórum coloquem no orçamento de 2018 recurso financeiro para a realização do II
67 Encontro. No quinto item de pauta, a procuradora do Ministério Público do Trabalho,
68 Maria Nely, falou sobre o termo de convênio com a UFT para a análise laboratorial
69 de impacto dos agrotóxicos no meio ambiente e na saúde humana. A cooperação
70 focará nesse primeiro momento em aparelhar o laboratório de química da
71 universidade e atuar na análise de contaminação por agrotóxicos nos municípios de
72 Campos Lindos, Porto Nacional e Lagoa da Confusão. A escolha dos três
73 municípios se dá pelo alto consumo de agrotóxicos nessas localidades. No dia 21
74 de setembro haverá reunião para finalizar o projeto de implantação do termo de
75 convênio. O representante da Adapec pediu para acrescentar nessa fase o
76 município de Pedro Afonso por estar entre os que mais usam agrotóxico. No
77 entanto, a Dra Maria Nely explicou que não será possível agora, mas numa
78 segunda fase. O sexto item de pauta foi a informação da Sesau sobre a elaboração
79 do Plano Estadual de Vigilância da População Exposta a Agrotóxicos, coordenado
80 pela Vigilância em Saúde. O Plano está sendo elaborado por profissionais da
81 Universidade Federal do Mato Grosso e nessa fase apresentou documentos
82 técnicos sobre a produção agrícola do Tocantins, locais de aplicação aérea de
83 agrotóxicos, locais de armazenamento, perfil rural do Tocantins e práticas
84 agroecológicas e levantamento de notificações de casos de população expostas. O
85 Plano será apresentado ao Fórum quando estiver concluído. O sétimo item de
86 pauta foram as apresentações do andamento do Plano de Trabalho pelos relatores
87 das Comissões Temáticas; O Plano de Trabalho já está com mais de 50% das
88 ações implementadas. Os detalhes das execuções das ações podem ser
89 acompanhadas pela planilha constante do anexo II desta ata. Na palavra livre a
90 Semus informou sobre a realização em 5 de dezembro do II Fórum de Vigilância em
91 Saúde. Nada mais havendo a ser tratado, a 6ª Reunião Ordinária foi encerrada, às
92 12h05min, cuja ATA foi por mim, Marli Teresinha dos Santos, analista ministerial
93 especializada do Ministério Público do Estado, redigida e assinada.